



Chefia do Governo

Unidade de Coordenação da Reforma do Estado – UCRE

RELATÓRIO

Novembro de 2008

A – Enquadramento

Agenda da Reforma de Estado está sendo desenvolvida no sentido da Modernização das instituições e do funcionamento do Estado, dotando -lhe da competitividade necessária, com vista a fazer face aos desafios da:

- Consolidação da qualidade da nossa democracia;
- Reforma da justiça e modernização das leis;
- Racionalização das estruturas, ajustando ás novas realidades;
- Reforço das capacidades de gestão;
- Melhoria da regulação e da capacidade de supervisão;
- Inovação e Governação electrónica;

B – Eixos estratégicos da Agenda da Reforma de Estado são:

- Organização do Estado (Nação).
- Organização da Administração Pública.
- Governação Electrónica e a Sociedade de Conhecimento e Informação.
- Formação e Valorização dos Recursos humanos.
- Gestão para resultados e avaliação de desempenho.

I. Racionalização das Estruturas do Estado

Resultou na concretização de inquérito e de uma auditoria institucional, realizada on-line a 114 organismos da Administração Central, com o objectivo de apurar o nível da dispersão e das redundâncias de funções na Administração Pública, bem como fixar os modelos funcionais e os sistemas de informação.

Próximas etapas

1. Aprovação da lei das estruturas, implementação das orgânicas dos departamentos e do novo sistema planeamento, seguimento e avaliação.

2. Definição do perfil excedentário da Administração Pública e programação das acções de formação para a requalificação dos quadros.

II. Governação Electrónica, Inovação e Modernização Administrativa

No quadro da implementação do programa estratégico para sociedade de informação (PESI) plano de acção para governação electrónica (PAGE) e da modernização administrativa (Casa do Cidadão) foram desenvolvidas varias actividades destacando-se entre essas:

- O sistema integrado de identificação civil (**SINIAC**) co-financiado pelo Governo, cooperação espanhola e os Escritórios das Nações Unidas;
- O sistema integrado para gestão orçamental e financeira (**SIGOF**), cofinanciado pelo Governo, cooperação de Países Baixos, União Europeia e o do grupo que suporta a ajuda orçamental;
- O sistema de informação municipal (**SIM**), co-financiado pelo governo, municípios, cooperação Austríaca e Portuguesas
- **Casa do Cidadão**, que integra produtos como empresa no dia, certidão online, centro de serviços, portal digital, pagamentos electronicos, todos eles cofinanciados pelos fundos do Governo, cooperação Portuguesa, Espanhola, Americana (MCC);

Próximas etapas

1. Expansão da Casa do Cidadão a todo territorio nacional e resto da diáspora.
2. Continuação do desenvolvimento de novos produtos da Casa do Cidadão (registo criminal, registo predial e licenciamentos)

III. Reforço da descentralização e desconcentração

Neste quadro foi desenvolvido varias actividades destacando entre essas o Colóquio Internacional sobre Descentralização e Desconcentração Administrativa,

cofinanciado pela Cooperação Austríaca e Escritórios das Nações Unidas, e que concluiu que não há contradição entre descentralização e desconcentração a nível das ilhas pelo que trabalhou-se no sentido quer do reforço da descentralização como no desenvolvimento do modelo de coordenação dos serviços desconcentrados do Estado a saber:

- Elaboração do concept paper da descentralização e desconcentração;
- Elaboração da lei-quadro da descentralização (em aprovação na assembleia nacional)
- Elaboração do Modelo do sistema de planeamento.
- Elaboração do Modelo da Unidade de Coordenação dos Serviços desconcentrados.

Próximas etapas:

1. Discussão e fixação do modelo do planeamento regional.
2. Implementação da da lei-quadro da descentralização
3. Implementação das unidades de coordenação dos serviços regional.

IV. Reforço da Regulação

Na sequência dos resultados da auditoria institucional realizado e que identificou as funções reguladoras e de fiscalização como as áreas de fragilidade do sistema, foram desenvolvidas actividades no sentido de reforço da regulação:

1. Auscultação a todas as Agências de Regulação, Câmara de Comércio, Ministério sobre as principais dificuldades e desafios para o reforço da regulação.
2. Desenvolvimento e validação do Concept Paper sobre regulação.
3. Realização do Fórum Nacional sobre a regulação no dia 18 e 19 de Julho, com a participação de todos os parceiros do sistema de regulação.
4. Desenvolvimento de plano de acções de reforço das funções reguladoras e de fiscalização.

Próximas etapas:

- Discussão do Concept paper e validação das recomendações do fórum no Conselho de Ministro
- Implementação do plano de acção de reforço da regulação resultante das conclusões e recomendações do fórum.

V – Qualificação, formação e valorização dos RH

Neste quadro foram desenvolvidas algumas actividades e acções entre as quais destaca-se:

1. Desenvolvimento de Concept Paper para a qualificação, formação e valorização dos RH.
2. Realização, em parceria com o INAG – UNICV – Nações Unidas, de acções de formação em liderança, planeamento estratégico e gestão de mudança para todos os dirigentes e membros de governo.
3. Desenvolvimento de parceria de assistência técnica internacional para a identificação, levantamento das necessidades e definição de um programa global de formação com a respectiva prospecção das fontes de financiamento;
4. Elaboração do novo diploma dos cargos, carreira e salários (PCCS) e da mobilidade.

Próximas etapas

- Implementação de programa de formação em parceria internacional designadamente com as Nações Unidas.
- Desenvolvimento do modelo do fundo de formação para financiar as acções de Formação necessárias.
- Implementação das novas lei do PCCS e da mobilidade dos funcionários.